

# EDUCAÇÃO FÍSICA: POR UMA POLÍTICA DE PUBLICAÇÃO VISANDO À QUALIDADE DOS PERIÓDICOS

GO TANI

Professor e diretor da Escola de Educação Física e Esporte (EEFE)  
Universidade de São Paulo (USP)  
E-mail: gotani@usp.br

## RESUMO

*O objetivo deste ensaio foi discutir uma política de publicação visando à qualidade de periódicos científicos na área de educação física. Essa área tem assistido ultimamente a uma proliferação de revistas que se julga incompatível com o volume total de artigos que a comunidade científica é capaz de produzir. Para assegurar a qualidade dos periódicos, aspectos como o aperfeiçoamento constante do sistema Qualis, a busca de indexações crescentemente qualificadas, a ampliação do corpo de pesquisadores produtivos, a criação de uma associação científica representativa, o esclarecimento de alguns pontos polêmicos ou de discórdia – por exemplo, a questão da valorização da publicação no país e das pesquisas centradas em temas locais ou regionais, o problema da natureza da área de conhecimento e das especificidades das subáreas de investigação – foram sugeridos como elementos importantes dessa política.*

*PALAVRAS-CHAVE: Educação física; política de publicação; periódicos científicos.*

## I. INTRODUÇÃO

A educação física brasileira assiste a uma crescente proliferação de periódicos, resultado de esforços isolados de diferentes grupos e instituições. À primeira vista, isso pode parecer uma evidência do dinamismo e da maturidade acadêmico-científica da área. No entanto, uma análise um pouco mais cuidadosa revela que se trata, na realidade, de um fenômeno preocupante que, se não adequadamente diagnosticado e trabalhado, poderá resultar em um “suicídio em massa” dos nossos veículos de divulgação científica num futuro não muito distante. Tudo indica que estamos acreditando, implicitamente, no velho ditado de que da quantidade sai a qualidade, esquecendo-se de que o que está em jogo é um “produto” denominado pesquisa, cujos foco e interesse têm de ser sempre e necessariamente a qualidade.

Se parássemos para refletir seriamente sobre essa tendência de aumento desenfreado de periódicos, uma pergunta de imediato surgiria à nossa mente: seria a nossa educação física capaz de comportar um número elevado de periódicos, considerando o contingente de pesquisadores produtivos e o volume de artigos por eles escritos? A minha resposta é claramente não. Estamos, na verdade, agindo de forma desarticulada, desorganizada e inconseqüente, sem uma visão clara do horizonte. No que se refere ao futuro dos periódicos, é possível afirmar que prevalece uma miopia generalizada na área: a de que poderemos ter vários periódicos de alta qualidade.

Para reverter esse quadro, é preciso uma ação coletiva e planejada para escolher alguns periódicos e neles investir concentradamente a fim de elevar a sua qualidade. Mas, para que isso ocorra, mais uma pergunta necessita ser respondida: estamos preparados? Temos maturidade acadêmica e senso profissional suficientes para colocarmos em prática uma política de publicação visando a uma meta coletiva, despidendo-nos de interesses setoriais e individuais? A minha resposta é: infelizmente não. A nossa área está impregnada de interesses individuais, grupais e institucionais de diferentes naturezas, dos mais nobres aos mais mesquinhos. Pode ser que essa situação não seja exclusiva da educação física, mas sim uma característica generalizada e inevitável do mundo acadêmico, em que a necessidade de estar, em tese, na fronteira do conhecimento leva as pessoas, os grupos e as instituições a visualizarem, enfatizarem e valorizarem mais as diferenças do que as semelhanças, mais a competição do que a cooperação. Além disso, nesse mundo competitivo, não é difícil de as divergências de posições, opiniões e pontos de vista acadêmicos serem facilmente confundidas com divergências no domínio pessoal, criando barreiras intransponíveis para qualquer ação conjunta.

Em contrapartida, se essa característica é algo implícito e genérico à academia, como explicar o que ocorreu recentemente com a fisioterapia e a fonoaudiologia, só para citar duas áreas co-irmãs junto aos comitês da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que escolheram a *Revista Brasileira de Fisioterapia* e a *Revista Pró-Fono*, respectivamente, como seus periódicos representativos e investiram coletivamente para o seu fortalecimento, alcançando indexações não conseguidas por nenhum de nossos periódicos? Seria um indicativo de que quando existem vontade e determinação coletiva metas surpreendentes podem ser atingidas?

Diante desse panorama, surge uma indagação central: o que fazer? Vamos seguir o lema “cada um para si e salve-se quem puder”? Ou podemos pensar em algumas ações capazes de influenciar o processo, de forma que o torne mais racional e efetivo? A minha resposta é afirmativa para a segunda alternativa, e acredito que já existam na área alguns mecanismos funcionando silenciosamente, mas produzindo efeitos significativos: um deles é o sistema Qualis. Claro está que é pouco ante a complexidade do problema. Precisamos de outras ações concretas, mas o papel desempenhado pelo Qualis não pode ser desconsiderado.

## 2. O SISTEMA QUALIS

Como é amplamente conhecido, o Qualis foi criado pela Capes na avaliação de conceito dos programas de pós-graduação, em 1998. Por ser um sistema dinâmico, ele tem sido objeto de constantes aperfeiçoamentos. Nos primeiros anos após a sua implantação, não apenas os consultores que participaram das comissões de avaliação, mas também os programas e seus respectivos docentes foram solicitados para dar a sua contribuição. Lamentavelmente, poucos responderam, e os que encaminharam sugestões o fizeram de forma bastante tímida e restrita. Evidentemente, as críticas ao sistema começaram a surgir quando os primeiros efeitos da sua aplicação foram de fato sentidos. Para alguns, o Qualis tornou-se um sistema inconveniente e indesejável, algo a ser combatido e não aperfeiçoado.

Muitos criticam o Qualis sem conhecê-lo devidamente. Esse sistema foi elaborado com base nos periódicos que foram citados dentro da produção intelectual dos docentes dos programas, no chamado Data Capes. Isso significa que, mesmo após sucessivos aperfeiçoamentos e complementações, periódicos que nunca foram citados na produção do corpo docente não fazem parte do sistema. Por conseguinte, se existem periódicos interessantes das áreas correlatas que não estão lá contemplados, é porque os docentes envolvidos com o sistema de pós-graduação

não publicaram neles, mesmo que os citem e consultem freqüentemente. Nesse sentido, a crítica muito comum de que o Qualis da educação física é limitado quanto ao número de opções para publicação não procede. Aliás, existem muitos periódicos nacionais e internacionais na área de humanas e sociais, por exemplo, em que os pesquisadores da educação física poderiam publicar. Basta um artigo publicado por alguém da área para que esses periódicos passem a fazer parte do nosso Qualis. Se isso ainda não aconteceu, pode-se pensar em algumas alternativas explanatórias: o desconhecimento, a falta de iniciativa, a falta de interesse, a falta de coragem e ousadia, ou até mesmo a falta de competência. O quadro é mais animador na área dita biológica: muitos pesquisadores da nossa área publicam em periódicos como *Journal of Applied Physiology*, *Journal of Biomechanics*, *Journal of Motor Behavior*, *Human Movement Science*, *Neuroscience Letters*, *Experimental Brain Research* e assim por diante, todos periódicos internacionais de impacto, competindo com pesquisadores de diferentes áreas, formações, instituições e países.

O Qualis é um sistema de classificação de periódicos que pode ser utilizado para diferentes fins: avaliação da produção científica individual, de um departamento ou de uma instituição. No entanto, as maiores críticas ao sistema surgem quando ele é utilizado para avaliação dos programas de pós-graduação, que resulta na atribuição de conceitos. Isso é compreensível, porquanto suas implicações são muito profundas: afetam a auto-estima, o nível de procura pelos alunos, o recebimento de recursos financeiros, o número de bolsas, a autonomia funcional, enfim, aspectos relacionados com o futuro e a sobrevivência dos programas. Certamente, o problema não está no Qualis em si – classificação dos periódicos –, mas sim na vinculação desse sistema a critérios de avaliação e patamares de desempenho que definem os conceitos dos programas de pós-graduação. Portanto, apesar de intimamente associados, é preciso separar o Qualis e a avaliação da pós-graduação para que a crítica ao sistema seja construtiva e contribua para o seu aperfeiçoamento. Atribuir ao Qualis a responsabilidade de um eventual conceito baixo recebido pelo programa é deveras simplista e pode, na realidade, estar camuflando os reais problemas que mais adiante poderão resultar, isso sim, na sua falência.

Não tenho dúvida de que o Qualis constitui-se, atualmente, um dos mecanismos de maior influência no desenvolvimento acadêmico-científico da educação física brasileira. E, por um motivo muito simples: os pesquisadores vão sempre procurar os melhores periódicos para publicar os seus trabalhos; como consequência, esses periódicos terão maior "oferta" de artigos e dessa forma poderão tornar-se mais seletivos, com a aplicação de critérios crescentemente rigorosos, melhorando cada vez mais a sua qualidade. Para os periódicos mal avaliados, por sua vez, não haverá outra opção a não ser melhorar a qualidade – caso contrário, eles correrão

um sério risco de perder o sentido de existir. Com o tempo, a média da qualidade dos periódicos sobreviventes tende a subir. Essa “competição” pela qualidade é salutar, mas certamente existe um limite máximo no número de periódicos que a área é capaz de comportar, definido pelo volume absoluto de artigos que produz.

Melhorar a qualidade significa obter reconhecimento da comunidade científica, e todos sabem que um dos critérios de avaliar o grau de reconhecimento de um periódico é a sua indexação. Na realidade, existe uma “hierarquia” de indexadores em função da abrangência da base de dados e do rigor adotado na análise (Lilacs, Scielo, Medline etc.). Por esse motivo, os periódicos buscarão sempre indexadores cada vez mais qualificados. Foi o que fizeram alguns de nossos periódicos: melhoraram a sua qualidade (conselho editorial, política editorial, periodicidade, regularidade, diagramação etc.), foram buscar indexações e conseguiram. Acredito que esse processo seja irreversível: os periódicos buscarão indexadores cada vez mais qualificados e os pesquisadores procurarão publicar seus artigos em periódicos mais bem indexados. O Qualis desempenha um papel orientador nesse processo.

### 3. INDEXADORES INTERNACIONAIS

Pesquisa é qualidade. O que é qualidade? Como avaliá-la? A comunidade científica entende que a inserção internacional é o melhor indicador de qualidade. Em outras palavras, o trabalho que se submete à crítica de uma comunidade mais ampla tem maiores probabilidades de possuir melhor qualidade do que aquele que se submete à avaliação de uma comunidade mais restrita, por exemplo, local ou regional. Um artigo publicado em um periódico de reconhecimento internacional é entendido como um trabalho que tem inserção internacional.

Existe um consenso na comunidade científica quanto ao conceito de inserção internacional de periódicos, a saber: seja de excelência, tenha circulação internacional, seja consultado por toda a comunidade científica, tenha uma grande influência sobre essa mesma comunidade; em suma, possua qualificação indiscutível. Considerando que a inserção internacional é o indicador mais adequado de qualidade, o *Journal of Citation Report (JCR)* tem sido adotado pela Capes como a base de dados mais abrangente e completa na qual se baseia a avaliação de periódicos, estabelecendo-se como parâmetro de classificação um índice de impacto definido pela área (atualmente a mediana).

Discussões sobre temas como as potencialidades e limitações do JCR, a especificidade das subáreas que exigiria uma maior atenção a aspectos qualitativos de avaliação, o índice de impacto a ser adotado, as limitações dos indexadores existentes para a avaliação de periódicos nacionais, entre outros, comporão sempre a

agenda de qualquer encontro que queira discutir a qualidade da publicação. Portanto, essas discussões devem continuar, mas há que se tomar cuidado para que elas não sejam confundidas com a “flexibilização” de critérios que, invariavelmente, resulta em “nivelamento por baixo”.

#### 4. PONTOS DE DISCÓRDIA OU POLÊMICOS

Alguns defendem, com boa dose de emoção e fervor, a importância de avaliar o impacto da publicação pelo número de leitores atingidos pelo trabalho. Dentro desse raciocínio, no Brasil, o artigo publicado em língua portuguesa deveria ser mais valorizado, em comparação a publicações em outras línguas, pois seria lido por brasileiros. Percebe-se aqui uma pitada de “nacionalismo” infundado. Está evidente que esse critério não procede. O que deve ser avaliado é a qualidade acadêmico-científica do trabalho, avaliação essa feita sempre por pares e não referenciado em critérios externamente estabelecidos. Mesmo porque, se o número de leitores atingidos fosse o critério, todo artigo publicado na China, por exemplo, deveria ser considerado de nível de qualidade correspondente a um trabalho publicado na *Science* ou na *Nature*!

Outros prognosticam que a ênfase à publicação em periódicos internacionais resultará em empobrecimento e até no desaparecimento de periódicos nacionais. Outro engano, pois essa preocupação parte da premissa de que todos os pesquisadores têm competência de ter todos os seus artigos publicados em periódicos internacionais. É bem conhecido que a carreira acadêmica envolve um processo de qualificação crescente em que o pesquisador vai gradativamente adquirindo competência científica, avalizada pelo reconhecimento da sua produção pelos pares. Por esse motivo, é altamente plausível, numa comunidade de pesquisadores, uma distribuição normal dos periódicos em que seus artigos são publicados, desde os locais de circulação restrita a internacionais da mais alta reputação. Fazer com que a média dessa comunidade se mova para a direita da curva, quando os periódicos são colocados em ordem crescente de qualidade, deve constituir-se uma meta de qualquer área. A educação física não pode ser diferente.

Além disso, como no âmbito internacional, a competitividade para publicar em periódicos mais qualificados aumenta sem parar, da mesma forma que cresce o número de pesquisadores qualificados, é também altamente plausível ter periódicos brasileiros publicando artigos cada vez mais qualificados e assim obtendo a indexação internacional, como já ocorre, por exemplo, com a *Brazilian Journal of Biological and Medical Research*. Os periódicos brasileiros devem buscar a indexação internacional e não permanecerem subscritos aos indexadores do seu nicho geográfico.

Uma outra crítica freqüente é que a busca pela internacionalização da sua produção científica pode levar a educação física a abandonar temas de investigação de interesse local ou regional. Outro equívoco. Nada impede o pesquisador de diversificar as suas linhas de pesquisa contemplando investigações de interesses mais específicos. E, para cada tema investigado, deve procurar um veículo de publicação mais adequado. Investigar tema de interesse local não significa que o estudo deva ser avaliado apenas localmente. O fato de o tema ser de interesse local ou regional não garante, obviamente, a qualidade do estudo realizado. Portanto, seria altamente salutar uma pesquisa em torno de um tema de interesse local ser avaliada, por exemplo, com o mesmo rigor que se aplica à análise de um artigo nacional ou internacional. De fato, se o método de investigação for único e original, apesar de o tema ser local, poderá atrair também o interesse de periódicos inclusive internacionais.

O apego ao estudo de temas locais e a sua conseqüente publicação em periódicos domésticos pode ter um apelo meritório que é a pertinência do estudo a interesses específicos e concretos, mas o demérito de não expor o trabalho a crítica e avaliação mais amplas. Quando se submete um artigo a um periódico internacional, ele tem a possibilidade de ser avaliado por pesquisadores de diferentes países, apesar de o periódico ser publicado em um país específico. Evidentemente, um artigo necessita ser analisado e avaliado tanto na óptica do seu valor teórico-científico como da sua significância social. No entanto, não podemos deixar de ter sempre em mente que artigos sem qualidade não têm significado social. Poderá, ao contrário, ter um significado anti-social, especialmente se recebeu recursos financeiros públicos para a sua realização, sejam em forma de bolsas, auxílios ou equipamentos.

As divergências em torno da caracterização e pertinência da produção científica numa determinada área de conhecimento precisam levar em consideração a natureza da sua própria área. Essa é mais uma razão que reforça a necessidade de uma melhor definição da base epistemológica da educação física (ver, por exemplo, BETTI, 1996, 2005; BRACHT, 1993; GAYA, 1994; KOKUBUN, 1995; LOVISOLO, 1996; TANI, 1988, 1989, 1996, 1998, 1999, para maiores discussões a respeito do tema). Enquanto a educação física não se define como uma área de natureza acadêmica ou profissionalizante, os simpatizantes de uma ou de outra concepção continuarão a defender um tipo de produção mais adequado à sua escolha. Como uma contribuição para evitar maiores desgastes com discussões estéreis e inoperantes, proponho que a educação física brasileira pense na possibilidade de publicar três tipos de periódicos: os centrados em artigos originais de pesquisa (possuem dados empíricos) de natureza acadêmica e profissionalizante (a exemplo do *Research Quarterly*), os que veiculam artigos direcionados à disseminação de conhecimentos, pontos de

vista, orientações e experiências úteis à intervenção profissional (a exemplo do *Journal of Physical Education, Recreation and Dance – Joperd*) e aqueles direcionados para a divulgação de ensaios temáticos de posicionamento e de reflexão (a exemplo da *Quest*).

Os atuais periódicos existentes na área não fazem a devida distinção entre esses três tipos de publicação e isso se tem constituído em mais uma fonte de discórdia entre os diferentes grupos de pesquisadores, especialmente quando se trata da avaliação da produção científica. Certamente, os primeiros serão mais procurados e consultados para leitura e publicação por parte daqueles envolvidos com a pesquisa, com a docência no ensino superior ou que se estão preparando para isso – os alunos de pós-graduação. O segundo tipo de periódico será, provavelmente, de maior interesse dos profissionais que atuam no mercado de trabalho e estão em busca de subsídios, inspirações e sugestões para enriquecer a sua atuação profissional e também daqueles que estão envolvidos com curso de preparação profissional – os alunos de graduação. O terceiro tipo de periódico tende a ser de interesse de todos, especialmente porque são indispensáveis para aprofundar as reflexões em torno da sua área de conhecimento ou de intervenção profissional, pois contribui para um processo de aculturação constante.

É oportuno deixar bem claro nesse momento da discussão, antes que críticos de plantão venham a fazer uma leitura e interpretação enviesada à luz de ideologias dogmáticas, que, com essa proposição, não se está pregando uma estratificação dos periódicos para criar condomínios específicos e fechados de leitores e escritores “estreitos e tapados”. Que fiquemos absolutamente esclarecidos: por princípio, todos são livres para ler o que desejarem e publicar onde acharem melhor! Penso apenas que o conhecimento antecipado ajuda a escolha, tanto para consultar como para publicar. Se uma pessoa conhece de antemão que a publicação nos periódicos do primeiro e terceiro tipos é mais valorizada para efeitos de avaliação da produção científica na pós-graduação e ela tem a pretensão de fazer carreira nesse sistema, evidentemente, como pesquisadora, procurará concentrar as suas publicações nesses periódicos. Em contrapartida, se o interesse da pessoa é ser reconhecido como um bom docente no ensino de graduação, provavelmente a sua escolha recairá mais sobre o periódico do segundo tipo.

Um outro aspecto bastante discutido diz respeito às dificuldades envolvidas na avaliação da qualidade dos periódicos em razão da especificidade da área. Alguns argumentam que a educação física não deveria pertencer à grande área da saúde, mas sim à da educação ou das ciências humanas e sociais. Claramente, isso não resolve o problema. Se de um lado os estudos socioculturais poderiam, eventualmente, ser mais bem enquadrados e avaliados, as pesquisas das subáreas ditas bio-



lógicas ficariam fora de sua abrangência. Novamente, temos aqui um problema de base epistemológica da área que necessita ser urgentemente solucionado. Tendo a base epistemológica devidamente definida, o próximo passo seria encontrar a grande área mais apropriada na qual se enquadrar. Pessoalmente acho que a própria taxonomia da ciência merece ser reestruturada no Brasil. A educação física ficaria apropriadamente acomodada naquela que no cenário internacional se denomina ciências da vida (*life sciences*).

De qualquer forma, sabe-se que a avaliação da produção científica não soluciona os problemas nem elimina os vieses e os preconceitos existentes na ciência em geral e na área da educação física em específico. Por exemplo, a velha “batalha” na avaliação da produção intelectual nas ciências naturais/exatas e nas humanas/sociais (veja, por exemplo, as críticas de Betti et al., 2004, e a réplica de Kokubun, 2004, a esse respeito). O que a avaliação não pode é reforçar ou ampliar esses vieses. É preciso esforços para evitá-los ou minimizá-los.

## 5. CORPO DE PESQUISADORES

Acredito que o corpo docente atuante nas diferentes instituições de ensino superior ainda revela uma alta heterogeneidade quanto à produção intelectual. Existem docentes que produzem muito e muitos docentes que produzem pouco. Além disso, como o corpo docente qualificado é reduzido em número, muitos pesquisadores que são potencialmente produtivos são obrigados a assumir funções administrativas universitárias que acabam prejudicando sensivelmente a sua atividade de pesquisa. Até certo ponto, isso parece ser, infelizmente, uma inevitabilidade na vida acadêmica. O problema é que as implicações negativas dessa inevitabilidade são muito mais sentidas em áreas incipientes como a nossa (TANI, 2000).

Aumentar o número de pesquisadores produtivos é um fator fundamental para a melhoria da qualidade dos periódicos. Como todos sabem, a formação de pesquisadores é uma das funções da pós-graduação. No entanto, o sistema brasileiro de pós-graduação em educação física enfrenta uma séria limitação nesse quesito: os programas em funcionamento ainda buscam a consolidação e uma das principais dificuldades está na carência de recursos humanos qualificados no seu corpo docente. Embora novos doutores estejam sendo formados, é preciso reconhecer que a massa crítica existente não permite de imediato uma ampliação significativa do número de programas e, como consequência, do número de pesquisadores formados (para maiores detalhes, veja KOKUBUN, 2003; TANI, 2000).

Mesmo com essa heterogeneidade, o número absoluto de publicações do corpo docente tem aumentado significativamente, especialmente nas áreas ditas

mais *hard*. No entanto, nas áreas mais *soft* estão ainda muito concentradas em ensaios e capítulos de livros e, proporcionalmente, poucos artigos originais são produzidos. Até alguns anos atrás, esse quadro justificava-se, em parte, pela ausência de periódicos específicos da área em número, qualidade, periodicidade e com regularidade garantida, mas hoje isso não mais corresponde à realidade. É necessário estimular mais a publicação de artigos originais, pois esses são os melhores indicadores de que existem linhas de pesquisa consolidadas e produtivas. O suposto número reduzido de opções de periódicos para quem investiga na área de humanas e sociais, tão propalado no nosso meio, não corresponde à realidade. Na verdade mais parece uma desculpa. Essas considerações não têm, obviamente, a intenção de desvalorizar a publicação em forma de livros e capítulos, muito pelo contrário, mas as tentativas de traçar ou reivindicar a equivalência entre esse tipo de publicação e artigos na avaliação da produção científica certamente não têm nenhuma base de sustentação.

## 6. DE PLANETA E SATÉLITES

Falar do ideal é sempre muito fácil. Mas, pensemos grande. O ideal para a nossa área seria, em primeiro lugar, possuímos periódicos em menor número, e em segundo lugar termos um periódico forte editado por uma entidade científica representativa que concentrasse a publicação do melhor que se produz na área, e não ter essa produção diluída em vários periódicos publicados por instituições universitárias de forma isolada. O problema é que não temos, na prática e de fato, uma associação científica representativa da área. O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) poderia sê-la, mas deixou de ser há muito tempo em razão da triagem, patrulha e censura ideológicas que pretendeu impor à área. Em resposta a essa política, muitos pesquisadores da área biológica, por exemplo, desistiram da sua filiação por sentirem-se hostilizados ao serem acusados sem fundamentos epistemológicos sólidos e, pejorativamente, de neutros, positivistas, reducionistas, neoliberais, alienados e assim por diante. Uma evidência desse quadro é o fato de uma parte altamente significativa dos docentes envolvidos com o sistema brasileiro de pós-graduação estar, atualmente, fora do CBCE. Não são sócios, não participam dos eventos por ele promovidos, não publicam no seu periódico e não sentem a sua falta (para maiores detalhes sobre os debates, embates e rupturas ocorridos, veja, por exemplo, DAOLIO, 1998).

Pós-graduação é pesquisa. Portanto, sem a participação do sistema de pós-graduação o CBCE tem enormes dificuldades para tentar justificar-se como uma associação científica representativa da área. Ao longo dos últimos 20 anos, o CBCE

desempenhou muito mais o papel de um órgão de representação profissional do que acadêmico-científica (TANI, 1998). E, com a criação do Conselho Federal de Educação Física (Confef), acentuou-se ainda mais a dúvida em torno do seu papel.

Em razão da ausência dessa entidade representativa – uma espécie de planeta – proliferam-se associações científicas de subáreas e especialidades – os satélites – cada qual com um periódico próprio, sustentado em boa parte pelos pesquisadores atuantes no sistema de pós-graduação. Sociedade Brasileira de Biomecânica, Sociedade Brasileira de Educação Física Adaptada, Sociedade Brasileira de Comportamento Motor, Sociedade Brasileira de Fisiologia do Exercício, Sociedade Brasileira de Pedagogia do Esporte, Sociedade Brasileira de Psicologia do Esporte, Grupo de História do Esporte, Lazer e Educação Física são alguns exemplos concretos desses satélites. A existência de satélites ativos e vigorosos seria altamente desejável caso houvesse um planeta em torno do qual orbitar. É exatamente isso que ocorre nas áreas de conhecimento mais consolidadas. No entanto, na ausência do planeta, acentua-se a diferenciação das subáreas, reforça-se a fragmentação do conhecimento e aumenta-se a ambigüidade em relação à base epistemológica da área.

Se o CBCE deseja mudar essa situação e trazer o sistema de pós-graduação para o seu interior, iniciativas pontuais não acompanhadas de uma transformação radical de sua política, por mais sedutoras e simpáticas que possam parecer, terão poucas chances de produzir resultados concretos. De fato, o CBCE tem encontrado enormes dificuldades para libertar-se da política de triagem, patrulha e censura ideológicas, apesar de alguns esforços nesse sentido nas últimas gestões. Não é para menos que, diante desse panorama, a comunidade de pesquisadores começa a pensar em alternativas, por exemplo, a criação de uma Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação Física (Anpef). Pode ser uma alternativa interessante, mas, para tanto, é preciso uma vontade coletiva apoiada no consenso da área, exatamente aquilo que se constitui o elemento mais caro e o mais difícil de ser obtido, em razão da influência de fatores como vaidade, interesse, imaturidade e assim por diante, como foi anteriormente mencionado. Caso essa associação ou uma outra entidade correspondente venha a ser criada, é fundamental que seja para fins acadêmico-científicos e não políticos, para que a história não seja repetida.

Em suma, a conclusão é de que o problema maior não está nos periódicos, mas sim nas pessoas.

## 7. PALAVRAS FINAIS

Problemas comumente apontados como centrais de um periódico, e que são de fato enormes, como a falta de compromisso e pontualidade dos consultores

para emitir parecer, a carência de recursos financeiros e a ausência de uma infraestrutura técnico-administrativa para a editoração, parecem ser insignificantes perante esse grave e aparentemente insolúvel problema – o das pessoas. Está muito difícil mudar o curso do rio. Isso posto, uma última pergunta: seria o esperar pelo amadurecimento sociológico da área, para que o tempo se responsabilize em solucionar os problemas gradativamente, a única opção que nos resta? Quero continuar acreditando que não. Quero continuar agindo sem perder a perspectiva de que iniciativas específicas e localizadas podem começar a flutuar e a influenciar-se mutuamente, para dar origem a um grande movimento, como propõe a teoria dos sistemas dinâmicos complexos. O sistema Qualis, o sistema de bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, o sistema de avaliação dos programas de pós-graduação da Capes, o sistema de concessão de financiamentos de pesquisa pelas agências de fomento já flutuam e se influenciam de forma mútua. Há um movimento em curso que a comunidade de pesquisadores da educação física precisa perceber rapidamente e a ele responder efetivamente, antes que seja tarde. Caso contrário é só esperar para começar a queixar-se novamente, quando as conseqüências forem dolorosamente sentidas.

### Physical Education: for a publication policy aiming at the quality of scientific journals

*ABSTRACT: The objective of this essay was to discuss a publication policy aiming at the quality of scientific journals in the area of Physical Education. This area is facing recently a proliferation of journals that seems incompatible with the total volume of articles that the scientific community is able to produce. In order to secure the quality of journals, some aspects such as the constant improvement of Qualis system, the pursuit of increasingly qualified indexations, the increment in the number of productive researchers, the creation of a representative scientific association and the clarification of some polemic points – for example, the issue of valorization of publications in the national journals and of researches centered in local or regional topics, the problem of the nature of the area of knowledge and the specificities of fields of investigation – were suggested as important elements of this policy.*  
*KEY WORDS: Physical Education; publication policy; scientific journals.*

### Educación física: por una política de publicación con vistas a la cualidad de los periódicos

*RESUMEN: El objetivo de ese ensayo es discutir una política de publicación con vistas a la cualidad de periódicos científicos en el área de educación física. Esa área tiene visto*

(continua)

(continuação)

*últimamente a una proliferación de revistas que se juzga incompatible con el volumen total de artículos que la comunidad científica es capaz de producir. Para asegurar la calidad de los periódicos, aspectos como el perfeccionamiento constante del sistema Qualis, la búsqueda de relaciones crecientemente cualificadas, la ampliación del grupo de investigadores productivos, la creación de una asociación científica representativa, las aclaraciones de puntos polémicos o de discordia – por ejemplo, la cuestión de valoración de publicación en el país y de las investigaciones centradas en temas locales o regionales, el problema de la naturaleza del área de conocimiento y de las especificidades de las subáreas de investigación – fueran sugeridos como elementos importantes de esa política.*

*PALABRAS CLAVES: Educación física; política de publicación; periódicos científicos.*

## REFERÊNCIAS

BETTI, M. Por uma teoria da prática. *Motus Corporis*, n. 3, p. 73-127, 1996.

\_\_\_\_\_. Educação física como prática científica e prática pedagógica: reflexões à luz da filosofia da ciência. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, n. 19, p. 183-197, 2005.

BETTI, M.; CARVALHO, Y. M.; DAOLIO, J.; PIRES, G. L. A avaliação da educação física em debate: implicações para a subárea pedagógica e sociocultural. *Revista Brasileira de Pós-graduação*, n. 1, p. 183-194, 2004.

BRACHT, V. Educação física/ciências do esporte: que ciência é essa? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, n. 14, p. 111-117, 1993.

DAOLIO, J. *Educação física brasileira: autores e atores da década de 1980*. Campinas: Papyrus, 1998.

GAYA, A. Mas, afinal, o que é educação física? *Movimento*, n. 1, p. 29-34, 1994.

KOKUBUN, E. Negação do caráter filosófico-científico da educação física: reflexões a partir da biologia do exercício. In: FERREIRA NETO, A.; GOELLNER, S. V.; BRACHT, V. (Orgs.). *As ciências do esporte no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1995.

\_\_\_\_\_. Pós-graduação em educação física no Brasil: indicadores objetivos dos desafios e das perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, n. 24, p. 9-26, 2003.

\_\_\_\_\_. A avaliação da educação física em debate: esclarecimentos. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, n. 1, p. 195-200, 2004.

LOVISOLO, H. Hegemonia e legitimidade nas ciências dos esportes. *Motus Corporis*, n. 3, p. 51-72, 1996.

TANI, G. Pesquisa e pós-graduação em educação física. In: PASSOS, S. C. E. (Org.). *Educação física e esportes na universidade*. Brasília: SEED-MEC/UnB, 1988.

\_\_\_\_\_. Perspectivas da educação física como disciplina acadêmica. In: SIMPÓSIO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2., Rio Claro, 1989. *Anais...* v. II. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 1989. p. 2-12.

\_\_\_\_\_. Cinesiologia, educação física e esporte: ordem emanante do caos na estrutura acadêmica. *Motus Corporis*, n. 3, p. 9-50, 1996.

\_\_\_\_\_. 20 anos de ciências do esporte: um transatlântico sem rumo? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, número especial comemorativo aos 20 Anos de Fundação, p. 19-31, 1998.

\_\_\_\_\_. Atividade de pesquisa na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo: passado, presente e futuro. *Revista Paulista de Educação Física*, número especial, n. 13, p. 20-35, 1999.

\_\_\_\_\_. Os desafios da pós-graduação em educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, n. 22, p. 79-90, 2000.

Recebido: 30 jan. 2007

Aprovado: 23 abr. 2007

Endereço para correspondência

Go Tani

Av. Prof. Mello Moraes, 65 – Butantã

São Paulo-SP

CEP 05508-900